

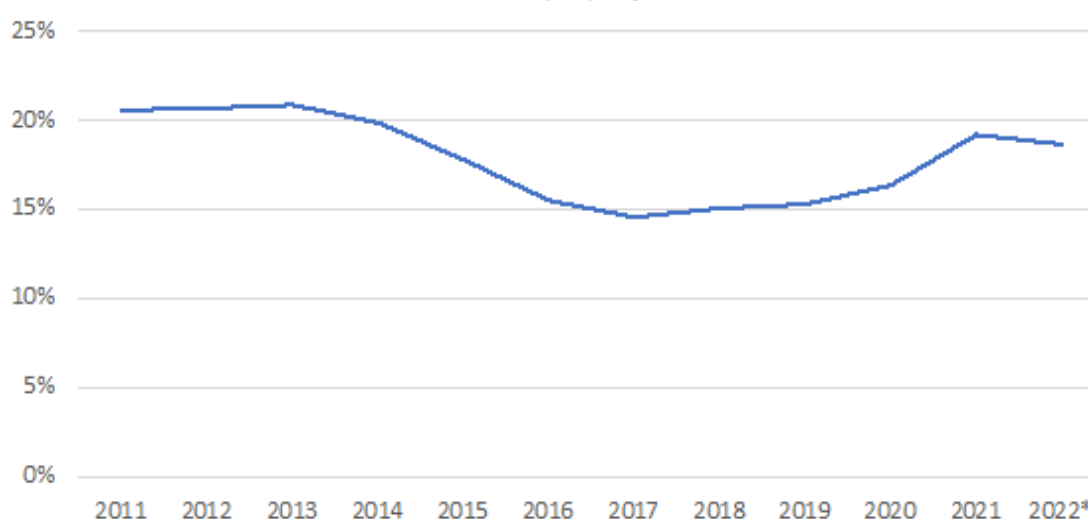
Economia e Risco Político: Os Desafios do Brasil para 2023

GABRIEL BRASIL (*)

O Brasil vem de uma década de baixo crescimento, desemprego persistente e redução da nossa renda média. Em 2011, nosso PIB *per capita* era de USD 13.245, ao passo que, em 2021, o indicador chegou a USD 7.564 – uma redução de 43% (ressalvados os impactos da va-

riação cambial). Como consensuado na literatura, tal expressiva deterioração é, em boa medida, resultado direto dos limitados níveis de investimento do país – sistematicamente abaixo dos 22%.

Gráfico - Taxa de Investimento como Proporção do PIB, 2011-2022*



Fonte: IBGE.

Taxa de 2022 com referência aos dados do segundo trimestre.

Os determinantes da taxa de investimento e as suas reais influências no fenômeno brasileiro da última década, por sua vez, são mais controversos, opondo escolas de pensamento diferentes e ensejando proposições de *policy* por vezes ortogonalmente antagônicas. No entanto, parece haver pouca discussão acerca da relevância do papel da estabilidade político-institucional no crescimento de médio prazo de um país emergente como o Brasil.

Nos últimos anos, vivemos um período de instabilidade que foi/é concomitante ao processo de derrocada da nossa economia. Além de um processo de impeachment polarizante entre 2015 e 2016, navegamos uma presidência reformista, porém, extremamente impopular, entre 2016 e 2018 e, nos últimos quatro anos, um mandato de poucos precedentes em termos de desarmonia institucional e de deterioração da nossa coesão social. É muito difícil, do ponto de vista teó-

rico, discordar da tese de que tal sequência de desarranjos provavelmente teve impacto significativo nas nossas taxas de investimento – representando parte daquilo que estudiosos da ciência política chamam de *risco político*.

De acordo com tal literatura (por exemplo, RICE; ZEGART, 2018)¹, investidores e corporações fazem exercícios conscientes e racionais acerca das implicações econômicas associadas a alocações de capital em países que apresentam dinâmicas políticas potencialmente instáveis e/ou adversas para o ambiente de negócios. Grosso modo, tais agentes evitam e/ou reduzem investimentos em países em que há pouca previsibilidade, do ponto de vista político, acerca dos rumos da economia (além de despriorizarem, também, aqueles com elevados níveis de agitação social, entre outros fatores).

As eleições de 2022 que sugerem (ao menos em 16 de outubro, data da escrita deste artigo) uma mudança de governo para o ano que vem, tendem a mexer neste contexto para o caso brasileiro. Como indicado pela maioria das pesquisas, a oposição liderada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve sair vitoriosa, o que representará um feito sem precedentes na história da nossa jovem democracia, que reelegeu todos os presidentes desde quando o instituto da reeleição foi introduzido, em 1997. Isso significa que os atores mais im-

portantes para o cenário de risco político brasileiro devem se alterar.

No entanto, isso não significa, necessariamente, que os riscos também se reduzirão. É importante haver clareza sobre quais fatores, a despeito do vencedor da disputa eleitoral, persistirão – demandando do próximo governo um esforço ativo para sua mitigação. Embora a substituição de atores possa favorecer a mitigação de certos riscos, o endereçamento de outros dependerá de medidas deliberadamente voltadas para a melhoria do perfil de investimento do Brasil, sobretudo nos eixos seguintes.

1 Democracia

O mais evidente deles tem a ver com a consolidação da democracia em si. De acordo com indicadores diversos, tal instituição se deteriorou no Brasil nos últimos anos. Segundo o relatório *Variações da Democracia (V-Dem)*, da Universidade de Gotemburgo, na Suécia, o Brasil foi o quarto país que mais se afastou da democracia em 2020.² Estes resultados são endossados pelo *Democracy Index*, da revista britânica *The Economist*, que mostra uma redução das credenciais democráticas brasileiras entre 2020 e 2021.

A partir da incontroversa premissa de que democracia é um espectro – e não um fenômeno binário – o risco da sua deterioração gradual é

latente em países com instituições frágeis, e os impactos econômicos associados são bem documentados, inclusive na América Latina e na própria história brasileira (ainda que uma deterioração mais aguda, como um golpe de estado, não ocorra). A deterioração da democracia brasileira permanece um risco central nas ambições econômicas para o próximo ano, que, portanto, precisa ser tratado como tal pelos atores pertinentes – quais sejam, o governo federal, o Congresso Nacional, o Judiciário e a sociedade civil.

2 Coesão Social

Apesar de não ser novidade para o Brasil, a polarização política acentuada nos últimos anos trouxe consigo elementos de radicalização – provavelmente fomentados, em larga medida, pela retórica belicosa do atual presidente da República. Tal radicalização, por sua vez, armazena riscos latentes de agitação social, que também representam riscos políticos importantes para empresas e investidores na medida em que a coesão social impacta (i) padrões de consumo; (ii) a probabilidade de choques regulatórios abruptos; e (iii) disrupções no ambiente operacional geradas por protestos em larga escala.

3 Meio Ambiente

Embora seja um tema mais específico e não tenha representado,

historicamente, um risco político em si, o fenômeno das mudanças climáticas transformou o debate em torno da preservação e da recuperação do meio ambiente em risco político. Isso se deve às esperadas transformações regulatórias, tecnológicas e demográficas que serão exigidas para o enfrentamento do desafio do aquecimento global – além dos impactos físicos associados ao mesmo fenômeno (como os eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes), que também terão impacto institucional potencialmente significativo em países emergentes e desenvolvidos.

No caso brasileiro, nossas credenciais no tema são mais que duvidosas atualmente. Cada vez mais, o país tem se apresentado como mau exemplo no assunto em razão das suas assustadoras taxas de desmatamento e de deterioração ambiental em geral. Também se trata, portanto, de um risco político persistente para 2023 a despeito do vencedor das eleições de outubro, com impacto inclusive no posicionamento internacional do Brasil – e, portanto, nas suas perspectivas de inserção em cadeias globais.

4 Corrupção

Tradicionalmente central em avaliações de risco político no contexto de investimento em países emergentes, o tema da corrupção segue preponderante no Brasil apesar de

certos avanços institucionais da década de 2010 (como a implementação da Lei da Delação Premiada).

De acordo com múltiplas evidências, inclusive denúncias diretas da Transparência Internacional³ e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴, o Brasil apresentou retrocessos importantes no seu ambiente de integridade nos últimos anos. Isso significa que o tema seguirá jogando contra as perspectivas do país de atrair investimento privado, sobretudo estrangeiro, a não ser que seja devidamente endereçado a partir de 2023.

5 Conclusão

Uma eventual mudança de governo pode trazer, de forma automática, mudanças importantes – para o bem ou para o mal – na condução da política econômica. Isso, claro, tem o potencial de impactar nossas taxas de investimento, e, consequentemente, nossa performance de crescimento de médio prazo.

No entanto, para além disso, é preciso discutir os gargalos do Brasil – sob o ponto de vista do seu perfil de risco – que não necessariamente serão impactados por uma mudança de governo. Nos casos citados anteriormente, é provável que isso demande esforço ativo, seja do setor público e/ou da sociedade civil. Considerando os urgentes de-

safios sociais associados ao nosso baixo crescimento, é preciso que tal debate comece o quanto antes.

1 RICE, C.; ZEGART, A. **Political risk: how businesses and organizations can anticipate global insecurity**. Twelve, 2018.

2 Brasil é 4º país que mais se afastou da democracia em 2020, diz relatório, 12 de abril de 2021. **BBC Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56724695>. Último acesso em: 16 out. 2022.

3 Transparência Internacional denuncia a comitê da OCDE retrocessos no combate à corrupção no Brasil, 9 de março de 2022. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/posts/transparencia-internacional-denuncia-a-comite-da-ocde-retrocessos-no-combate-a-corrupcao-no-brasil/>. Último acesso em: 16 out. 2022.

4 OCDE adota medida inédita contra o Brasil após sinais de retrocesso no combate à corrupção no país, 15 de março de 2021. **BBC Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56406033>. Último acesso em: 16 out. 2022.

(*) Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo. (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).